



MUNICÍPIO DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA:	Secretaria de Administração e Recursos Humanos
ENDEREÇO:	Rua Bernardino Monteiro, 96, Centro, Muqui/ES – CEP: 29.480-000
TELEFONE:	(28) 3199-0456
E-MAIL:	administracao@muqui.es.gov.br

1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

a. Foi elaborado Estudo Técnico Preliminar?

Sim.

2. DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência – TR – a contratação de empresa, para a execução de GESTÃO E ASSESSORIA EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (SST), PARA EXECUÇÃO INTEGRADA DOS SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS – NRS, ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DE SST, GESTÃO DE SAÚDE OCUPACIONAL E EMISSÃO DOS ASOS, EXECUÇÃO DOS TREINAMENTOS LEGAIS, BEM COMO ENVIO DO EVENTO S-2240 (CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO E AGENTES NOCIVOS) AO E-SOCIAL E ASSESSORIA NO CUMPRIMENTO DA NR 23 (PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS), COM VISTAS À OBTENÇÃO OU RENOVAÇÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

A tabela 01 apresenta a especificação geral do objeto de contratação, conforme itens do requisitos da contratação e quantitativo estimado da contratação. Tabela 01: especificação geral do serviço.

LOTE ÚNICO			
Item	Descrição do objeto	Unidade de medida	Quantidade
1	GESTÃO E ASSESSORIA EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (SST), PARA EXECUÇÃO INTEGRADA DOS SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS – NRS, ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DE SST, GESTÃO DE SAÚDE OCUPACIONAL E EMISSÃO DOS ASOS, EXECUÇÃO DOS TREINAMENTOS LEGAIS, BEM COMO ENVIO DO EVENTO S-2240 (CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO E AGENTES NOCIVOS) AO E-SOCIAL E	mês	12 meses

Rua Bernardino Monteiro, 96 – Centro – MUQUI – ES – CEP.: 29.480-000

Tel/Fax.: (028)3199-0456

e-mail: juridico@muqui.es.gov.br



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	ASSESSORIA NO CUMPRIMENTO DA NR 23 (PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS), COM VISTAS À OBTENÇÃO OU RENOVAÇÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.		
	Atestado de Saúde Ocupacional - ASO	Unitário	-

3. TIPO DE CONTRATAÇÃO

a. A licitação será em lote único, em decorrência dos serviços possuírem mesma natureza e especificações similares, não sendo factível a divisão dos itens, especialmente primando pela economicidade ao erário e visando não ocorrer perda da economia em escala, bem como garantir a padronização dos serviços a serem adquiridos, provenientes da mesma linha produtiva.

b. Se prestação de serviço, o mesmo trata-se de natureza de execução continuada?

Sim.

4. NECESSÁRIO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Não.

5. HOUVE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Não.

6. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

a. Será admitida a participação de consórcios de empresas?

Não.

7. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços deste presente documento, justifica-se pela necessidade imperativa dos serviços de Saúde e Segurança do Trabalho e assessoria em ALCB, para alcançar o pleno atendimento a legislação trabalhista / previdenciária vigente, a melhoria na qualidade de vida dos servidores, o desenvolvimento e segurança do ambiente de trabalho e a minimização de riscos associados as atividades profissionais desempenhadas.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO

a. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a. Critérios de sustentabilidade: Não incidem critérios de sustentabilidade na presente aquisição.

b. Da exigência de amostra: Considerando o objeto deste processo e as informações presentes no Estudo Técnico Preliminar não se faz necessária a apresentação de amostras.

c. Da subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

d. Da garantia da contratação: Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Rua Bernardino Monteiro, 96 – Centro – MUQUI – ES – CEP.: 29.480-000

Tel/Fax.: (028)3199-0456

e-mail: juridico@muqui.es.gov.br



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A execução do objeto ocorrerá de forma mensal.

A CONTRATADA deverá prestar os serviços, rigorosamente em conformidade com todas as condições e prazos estipulados neste Termo de Referência;

A CONTRATADA deverá disponibilizar a equipe necessária para a realização dos serviços contratados;

A CONTRATADA deverá realizar exames admissionais a todos empregados admitidos no município, em local, dia e hora previamente agendados com a CONTRATANTE;

A CONTRATADA deverá realizar exames periódicos a todos servidores do município, de acordo com os prazos legais;

A CONTRATADA deverá realizar laudos e exames de mudança de função, entendendo se por mudança de função toda e qualquer alteração de atividade, posto de trabalho ou de setor que implique na exposição do trabalhador a risco diferente daquele a que estava exposto antes da mudança, ou de alterações visando resguardas limitações e ou restrições médicas constatadas nos exames, bem assim analisar e aprovar ordens de serviço emitidas pelo setor de segurança do trabalho com essa finalidade;

OBS.: todos os exames serão previamente agendados com a CONTRATANTE;

A CONTRATADA deverá realizar Retorno ao trabalho aos empregados que retornarem a ocupação após afastamento (por acidente, doença ou parto) em período igual ou superior a 15 (quinze) dias;

A CONTRATADA deverá realizar exames demissionais aos empregados a serem desligados definitivamente do município;

A CONTRATADA deverá realizar perícias médicas e demais diligências, por solicitação da CONTRATANTE, visando à verificação da autenticidade e do conteúdo técnico de atestados de dispensa médica para o trabalho apresentados pelos empregados, bem como para avaliação das condições de saúde do empregado, para fins de readaptação de função e/ou cargo;

A CONTRATADA deverá realizar o acompanhamento dos casos de outros motivos legais de afastamentos: assistência ao CONTRATANTE quanto ao monitoramento dos afastamentos que não tenham sido causados por acidente do trabalho;

A CONTRATADA deverá apresentar o registro dos resultados dos exames clínicos, além das conclusões e das medidas aplicadas, para arquivamento em local privativo sob guarda e responsabilidade da CONTRATANTE em Prontuário Clínico/Ocupacional Individual num prazo de até 30 dias após a realização do atendimento médico;

A Contratada, ao elaborar e implementar o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Técnico de Condições



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ambientais de Trabalho (LTCAT), Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), bem como os exames médicos periódicos, admissionais, demissionais e relacionados ao retorno ao trabalho, deve considerar a integração e envio dessas informações ao e-Social.

O e-Social permite o acompanhamento instantâneo das informações, possibilitando uma gestão mais eficaz da saúde e segurança no trabalho. Ao integrar os dados diretamente no e-Social, a Contratada assegura o cumprimento das normas e regulamentações trabalhistas vigentes.

Os serviços deverão ser entregues nos seguintes prazos:

- a) O PGR em 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato;
- b) O PCMSO em 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato;
- c) O LTIP e o LTCAT em 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato e
- d) Os exames médicos, consultas, relatórios e pareceres relativos ao PCMSO deverão ser agendados e executados em no máximo 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato, sendo os incidentais como de retorno ao trabalho, mudança de função e readaptação, realizados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação ou subsidiariamente, nos termos regidos pela NR 7;
- e) Os serviços serão fiscalizados pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
2. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da contratação ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
3. O fiscal administrativo da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
4. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
5. O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação para esse fim.
6. O prazo de duração do Contrato terá início no dia subsequente à sua assinatura e terá duração de 12 (doze) meses.
7. A assessoria em segurança do trabalho e saúde do trabalho será com revisão do LTCAT sempre que houver necessidade de alteração em função de mudanças no ambiente de trabalho.
8. Realização dos serviços destinados à execução do PCA e PCMSO: monitoramento dos exames médicos ocupacionais específicos a cada função e / ou atividade, exames admissionais, demissionais, periódicos, de mudança de função e retorno ao trabalho, elaboração do cronograma de convocação periódica dos funcionários para exames médicos, elaboração do relatório anual do PCMSO, avaliação dos exames complementares específicos à função / atividade.
9. Os laudos de readaptação e avaliação de servidor para exercício ou não de sua função deverão



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ser efetuados por médico do trabalho em local apropriado na sede/unidade da contratada.

10. É de responsabilidade da contratada que o médico que efetuará o exame clínico dispõe de todos os equipamentos necessários para realização de seu trabalho.

11. O médico que efetuar o exame clínico deverá emitir o laudo em 03 (tres) vias, sendo 01 (um) para o servidor e 02 (duas) para a municipalidade contendo:

- I. Nome do servidor;
- II. Matrícula;
- III. Função exercida, com sua descrição;
- IV. Motivo para não exercício da função;
- V. Função similar sugerida.

12. O exame clínico para homologação de atestado (absenteísmo) ocorrerá quando o servidor apresentar atestado médico superior a 01 (um) dia ou conforme definido pela Contratante, por motivo de doença, acidente de natureza ocupacional ou não elicença maternidade.

13. O médico responsável deverá após o exame manifestar-se através de laudo a ser anexado ao processo encaminhando em seguida a Secretaria Municipal de Administração;

14. A avaliação clínica para o retorno ao trabalho se dará da seguinte forma:

- a) O exame deverá ser realizado obrigatoriamente no 1º (primeiro) dia de retorno à atividade do servidor ausente, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, por motivo de doença, acidente de natureza ocupacional ou não e licença maternidade;
- b) Para a realização de exame de retorno ao trabalho deve ser considerada principalmente a avaliação clínica voltada para a patologia que motivou o afastamento do trabalho e os respectivos exames complementares julgados necessários;
- c) Caso o Médico do Trabalho, constate que o servidor não apresenta condições de retornar ao trabalho, este será, imediatamente, reencaminhado ao INSS, conforme o caso, para reabertura de benefício;
- d) Após o exame clínico o médico deverá emitir um laudo a ser anexado ao processo e encaminhado em seguida a Secretaria Municipal de Administração no prazo máximo de 2 (dois) dias a contar a partir da data do recebimento do processo pela empresa responsável.

15. Emissão do Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT);

16. Analisar e emitir parecer, com base no laudo médico da perícia médica, sobre as atribuições que o servidor readaptado exercer;

17. Elaboração, emissão e monitoramento de documento base do perfil profissional previdenciário (PPP) e enquadramento das funções avaliadas em relação à aposentadoria especial, quando necessitado;

18. Assessoria à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), quando instalada, valendo-se ao máximo de suas observações, além de apoiá-la, treiná-la e atendê-la, conforme dispõe a NR 5;

19. Treinamentos sobre aspectos técnicos e legais preconizados nas normas regulamentadoras com abrangência a todos os serviços municipais envolvidos direta ou indiretamente nos seguintes temas:

- a) Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho;
- b) Após a entrega de equipamentos de proteção individual (EPI's), orientar e treinar os trabalhadores sobre o uso adequado guarda e conservação;



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- c) Manuseio de materiais perfuro-cortantes aos servidores da secretaria municipal de saúde.
- d) Todos os treinamentos de acordo com as NR (normas regulamentadoras).
- e) Treinamentos a princípios de Combate a Incêndio.

20. Assistência técnica em Segurança do Trabalho e Saúde do Trabalho, nas demandas internas e judiciais;

21. Realizar relatório individual de equipamentos de proteção individual, por função, a serem utilizados pelos servidores, bem como a fiscalização mensal no que tange ao cumprimento pelos servidores da utilização do EPI e execução de suas atividades conforme plano de cargos, evitando-se o desvio de função;

22. A contratada emitirá, mensal e/ou anualmente, relatório de acompanhamento das orientações constantes do programa de controle médico e saúde ocupacional (PCMSO - NR 7), Programa de Conservação Auditiva (PCA), programa de prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) - NR 9), Perfil Profissiográfico previdenciário (PPP) e equipamento de Proteção Individual (EPI), encaminhando para a Secretaria Municipal de Administração os **gargalos encontrados**, com as devidas orientações e indicação do servidor que não estiver cumprindo as normas de segurança, que deverá ser devidamente notificado no ato da constatação da irregularidade.

23. Realizar vistoria e emitir laudos para atividades de medidas de segurança contra Incêndio e Pânico, nas dependências de todos os setores da prefeitura municipal, atividades de sistema de sistema de **iluminação de emergência**, sistema de **sinalização de emergência**, sistema de **proteção por extintores**, sistema de **proteção por hidrantes e mangotinhos**, entre outros laudos que possam ser emitidas por profissional habilitado em segurança do trabalho.

24. A prestação dos serviços poderá ser executado de segunda-feira a sexta- feira, no horário de 7h às 11h e de 12h30min as 16h30min, conforme acordados entre a Contratada e a Secretaria Municipal de Administração.

25. Laudo Técnico de condições ambientais do trabalho - LTCAT e laudos setoriais e individuais de insalubridade e periculosidade.

I. Avaliação, elaboração e emissão de Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT compreendendo laudos setoriais e individuais, por Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, para fins de comprovação da exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde ou integridade física do servidor da Prefeitura Municipal de Muqui, assim como, a caracterização ou a ausência de **insalubridade e periculosidade** atendendo ao seguinte:

a. O objetivo da avaliação será pautado na expressão da extensão dos trabalhos executados, necessariamente, abrangendo a caracterização das ocorrências de trabalhos em conformidade com as NR's Portaria MTB 3.214/1978 e do Decreto Nº. 93.214, de 14 de outubro de 1986, abrangendo análise dos riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes, bem como as legislações vigentes quando da celebração da prestação dos serviços;

b. Medições dos agentes nocivos identificados, através de equipamentos adequados e devidamente calibrados, assim como por análises laboratoriais;

c. Verificação das etapas do processo operacional, com sua descrição minuciosa, para efeito de avaliação qualitativa, os possíveis riscos ocupacionais, o tempo e o tipo de exposição ao risco;



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

d. O documento do LTCAT deverá conter:

- Identificação da instituição; razão Social; CNPJ; endereço contido no CNPJ; Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE; ramo de atividade de acordo com o quadro I da NR 4; número de servidores e sua distribuição por sexo;
- Descrição das atividades da instituição;
- Descrição do ambiente de trabalho;
- Divisão de áreas com suas respectivas funções e descrição básica da atividade de cada área;
- Quadro de reconhecimento dos riscos, divididos por função (ou grupo de funções homogêneas de exposição-GHE) contendo as seguintes informações referentes a esta função:
 - a) Secretaria;
 - b) Função;
 - c) Números de Servidores por função;
 - d) Turno de trabalho;
 - e) Descrição da atividade da função;
 - f) Descrição do posto de trabalho;
 - g) Condições ambientais do posto de trabalho contendo informações tais como: tipo de piso, iluminação, ventilação e demais informações estruturais necessárias;
 - h) Indicação das medidas necessárias de proteção individual e coletiva;
 - i) Identificação dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC's a serem utilizados pelos empregados. Esses equipamentos devem conter o número do Certificado de Aprovação - CA e avaliação do nível de eficácia de proteção, indicando, inclusive, se o EPI e o EPC são eficazes na proteção aos agentes de risco detectados, concluindo com "SIM" ou "NÃO";
 - j) Tabela contendo os riscos e exposição;
 - k) Tipo de exposição por risco (habitual, permanente, intermitente e ocasional);
 - l) Nível de exposição a agentes nocivos para efeito de recolhimento de percentual para aposentadoria especial a ser informado na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP;
 - m) Fundamentação científica e abordagem da legislação pertinente sobre os riscos identificados, na apresentação explícita das conclusões sobre os efeitos dos agentes classificados insalubres ou perigosos e os valores dos correspondentes adicionais, descrevendo os efeitos da exposição aos agentes de risco e a sua fundamentação legal.

n)

- e. Quadro geral de riscos (avaliação qualitativa) contendo os riscos encontrados na Prefeitura, suas fontes geradoras e informações complementares sobre o risco e os métodos de controle possíveis e / ou existentes;
- f. Avaliação quantitativa dos riscos existentes contendo as funções avaliadas, os resultados e os limites de tolerância contidos na NR 15, os equipamentos utilizados, os métodos utilizados e a comprovação da calibração;
- g. Conclusão sobre a existência ou não de insalubridade e periculosidade. Caso exista, indicar quais as funções que deverão receber o agente causador e a porcentagem do adicional a ser pago;
- h. Assinatura do responsável pela elaboração do LTCAT e assinatura do responsável pelas informações fornecidas pela empresa; Nome e identificação do profissional responsável pela



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

elaboração do laudo, número de registro no respectivo Conselho.

OBSERVAÇÕES:

Cada local avaliado deverá ter sua conclusão independente dos demais, na qual deverão constar os nomes dos servidores que fizerem jus ao adicional, registrando-se, ao final, uma tabela com os nomes de todos os servidores com seus respectivos locais de trabalho e seu enquadramento quanto à insalubridade ou periculosidade.

26. Elaboração de programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO).

- I. Planejamento, avaliação, elaboração, implantação, coordenação, assistência técnica ao desenvolvimento e emissão do relatório anual do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- II. Confeccionar o PCMSO, com descrição de ações preventivas, descrição dos EPI's a serem utilizados, em atendimento às normativas da NR-7, com descrição completa das atividades desenvolvidas, e ainda elaboração do Quadro III proposto na NR-7;
- III. O documento a ser entregue deverá conter as seguintes informações:
 - a. Indicação de exames admissionais a serem realizados por cargo e setor de trabalho;
 - b. Indicação de exames periódicos a serem realizados considerando a atividade que realiza o agente de exposição, a idade entre outros;
 - c. Indicação de exames demissionais a serem realizados considerando o cargo e atividade desempenhada;
 - d. Indicação de exames de retorno ao trabalho e de mudança de cargo / função a serem realizados;
 - e. Assinatura do relatório efetuado pelo médico do trabalho responsável.

27. Elaboração de programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA) e mapa de risco

- I. Avaliação, elaboração, implantação, coordenação, assistência técnica ao desenvolvimento e emissão do relatório de avaliação dos resultados do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA compreendendo mapa de risco, com o seguinte formato:
 - a) Completa descrição das ações preventivas, o tipo de EPI com o respectivo número do Certificado de Aprovação, em atendimento às normativas da NR-9;
 - b) Assistência técnica em Segurança do Trabalho, nas demandas internas e judiciais;
 - c) Medições em caso de riscos químicos e físicos a que estiverem expostos os servidores: vibrações, pressões, ruídos, temperaturas extremas, radiações ionizantes e não-ionizantes, poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores e iluminância;
 - d) O relatório a ser entregue deverá conter as seguintes informações:
 - Avaliação e reconhecimento dos riscos ambientais com vistoria detalhada do ambiente de trabalho (internos e externos);
 - Descrição e análise física das áreas que compõem a Prefeitura Municipal de Muqui;
 - Descrição e análise qualitativa e quantitativa dos riscos químicos, físicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho;
 - Orientação sobre o uso de EPI's;
 - Elaboração dos mapas de risco, dimensionamento do grau de cada risco e indicação do local para fixação.



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

28. Elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário.

I. O PPP será preenchido pela CONTRATADA com base nos dados administrativos, funcionais que serão fornecidos pela Prefeitura Municipal de Iconha, e pelos dados médicos referenciados no laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.

29. Exames Clínico, Periódicos e Complementares

I. Realização de exames clínicos e complementares de acordo com PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, para emissão de Atestados de Saúde Ocupacional (admissional, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função e demissional) dos servidores públicos municipais.

II. Os exames a serem realizados serão os discriminados a seguir:

ITEM	ESPECIALIDADE
1	ASO - ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL
2	HM/PLAQ
3	VDRL
4	HBSAG
5	ANTI-HBS
6	HCV
7	EAS
8	EPF
9	ESPIROMETRIA
10	AUDIOMETRIA
11	COPROCULTURAL – CTF
12	PARASITOLÓGICO – MIF
13	VIDEOLARINGOSCOPIA
14	TRIAGEM TOXICOLÓGICA
15	ÁCIDO HIPÚRICO
16	ÁCIDO METIL HIPÚRICO
17	ACUIDADES VISUAL
18	COLINESTERASE
19	RAIO X
20	ECG
21	PSA
22	GLICEMIA
23	ÁCIDO MANDÉLICO

Rua Bernardino Monteiro, 96 – Centro – MUQUI – ES – CEP.: 29.480-000

Tel/Fax.: (028)3199-0456

e-mail: juridico@muqui.es.gov.br



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

24	CHUMBO
25	EEG
26	T3
27	T4
28	TSH

OBSERVAÇÕES:

Para cada finalidade (admissional, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função e demissional) o médico emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, em 3 (três) vias.

Durante a execução dos exames periódicos de saúde ocupacional, qualquer doença detectada, ou necessidade de avaliações clínicas / laboratoriais que não tenha relação com doenças ou acidentes ocasionados pelo trabalho ou atividade exercida pelo servidor examinado, esse será encaminhado para a rede pública de saúde - SUS ou para a rede suplementar de assistência à saúde do servidor, por não se configurar agravo de natureza ocupacional.

III. As providências para a realização dos exames periódicos serão adotadas no horário de expediente, sem qualquer ônus ou necessidade de compensação de horários por parte dos servidores, cabendo à contratada estabelecer cronograma para realizar os exames clínicos e complementares os mesmos serão realizados na sede da empresa contratada, respeitando o horário de expediente de cada servidor, o local deverá obrigatoriamente ser no perímetro urbano de Iconha.

IV. O quantitativo de profissionais a serem disponibilizados pela contratada deverá ser em número compatível com a demanda surgida, de forma que os serviços sejam realizados de forma ágil, dentro do prazo estipulado.

V. A CONTRATADA deverá fornecer:

a) Orientação para a realização dos exames previstos nos procedimentos técnico-científicos atualizados e os profissionais e/ou entidades devidamente capacitados, equipados e qualificados;

b) Registro dos resultados dos exames clínicos e complementares, além das conclusões e a medida aplicada em Prontuário Clínico Ocupacional Individual.

- As informações contidas no dossiê dos colaboradores devem ser tratadas em caráter confidencial;

Considerar-se-á concluído o exame médico periódico somente quando emitido o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO. O ASO é parte integrante do ato médico, e o profissional deve estar atento para as diversas implicações de natureza ética, de responsabilidade civil e penal envolvidas na emissão e na assinatura do documento.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

a. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

b. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

c. O pagamento pelo efetivo cumprimento das obrigações deverá ser efetuado conforme disposto no Capítulo X do Título III da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, mediante a apresentação de nota fiscal ou da fatura pelo contratado e devidamente atestadas pela Administração, observado ainda o prazo estabelecido no contrato ou instrumento equivalente vigente.

13. FORMA DE SELEÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DISPOSIÇÕES GERAIS

FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Poderão participar do certame todos os interessados estabelecidos no País, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que preencham as condições de credenciamento constantes.

A participação na presente licitação implica aceitação integral e irretratável dos termos e condições deste Edital, dos seus anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes. O objeto licitado, por não demandar alta complexidade técnica, não se mostra viável à participação de empresas consorciadas, não trazendo nenhum prejuízo econômico ou de restrição à competição tal vedação.

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Para julgamento das propostas será adotado critério de MAIOR DESCONTO sobre a planilha de serviços descritos neste Termo de Referência.

PROPOSTA COMERCIAL

A Proposta Comercial Definitiva deverá ser entregue no sistema, sendo necessário o upload de seu arquivo, em moeda corrente do País, nas condições e especificações estabelecidas neste TR, seus anexos e sistema provedor, devendo constar na mesma:

I. Indicação dos valores unitários dos itens, no modelo apresentado em campo próprio do sistema provedor;

II. Prazo de Validade da Proposta: não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias;

III. Indicação da modalidade de Garantia Contratual, conforme Art. 96, §1º da Lei 14.133/2021.

IV. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, com os respectivos preços unitários e globais em algarismo e por extenso, utilizando-se até 02 (duas) casas decimais, respeitando os limites de preços fixados no presente instrumento e observando as especificações técnicas, planilha orçamentária e demais condições previstas neste edital e seus anexos, em papel timbrado e em arquivo digital no formato “.XLS” ou “.XLSX”;

V. APRESENTAR junto com a proposta readequada, no caso de **desconto igual ou superior a 25%**, a composição analítica de todos os custos componentes de sua planilha de preços e dos encargos do BDI.

A não apresentação dos documentos correlacionados acima, acarretará na desclassificação da



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

proposta, conforme Lei 14.133/2021.

Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo da garantia contratual exigida neste Termo de Referência.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

Para Qualificação Técnica Operacional, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I. CERTIDÃO DE REGISTRO DA EMPRESA no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) expedida pelo referido Conselho da região da sede da licitante.
- II. A licitante deverá apresentar Certificado de registro ou inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM) conforme termos da Resolução CFM n. 1.980/2011
- III. CERTIDÃO DE ACERVO OPERACIONAL (CAO) emitida pelo conselho profissional competente, atestando que a licitante presta ou prestou, sem restrições, serviços de natureza compatível com objeto desta licitação.

a) Registro ou Inscrição da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(os) – 01, (um) ENGENHEIRO CIVIL E 01 (um) ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura – CREA ou outra entidade profissional competente da região da sede da empresa (art. 67, V, da Lei Federal nº 14.133/2021), com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, sendo inválida a certidão que não apresentar rigorosamente a situação atualizada da Empresa, conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA, no caso de certidões emitidas pelo CREA.

b) Registro ou inscrição de TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – 01 (um).

c) Indicar Técnico em Segurança do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho e Médico do Trabalho que sejam seus funcionários ou prestadores de serviços habituais, com as devidas habilitações registradas no Ministério do Trabalho, e estarem devidamente inscritos e ativos nos respectivos Conselhos de Classe.

d) Para efeito deste Termo de Referência entende-se por serviço de natureza compatível: “GESTÃO E ASSESSORIA EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (SST), PARA EXECUÇÃO INTEGRADA DOS SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS – NRS, ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DE SST, GESTÃO DE SAÚDE OCUPACIONAL E EMISSÃO DOS ASOS, EXECUÇÃO DOS TREINAMENTOS LEGAIS, BEM COMO ENVIO DO EVENTO S-2240 (CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO E AGENTES NOCIVOS) AO ESOCIAL E ASSESSORIA NO CUMPRIMENTO DA NR 23 (PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS), COM VISTAS À OBTENÇÃO OU RENOVAÇÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS”, nas parcelas e quantitativos mínimos dos itens de maior relevância definidos na tabela abaixo.



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Tabela 03: serviços para qualificação técnica operacional da licitante.

Item	Serviço:	Quantidade Mínima:
1	Gestão e assessoria em segurança e saúde no Trabalho (SST) na administração pública	24 meses
2	Assessoria para obtenção ou renovação do Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo de prédios públicos	

O licitante deverá comprovar sua experiência anterior na execução de todos os serviços discriminados, sendo admitido o somatório de acervos.

Indicar os profissionais que realizarão os serviços de Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho. O médico responsável pelo Setor de Perícia deverá ter formação superior em Medicina em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC, registro no Conselho Regional de Medicina, e certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina do Trabalho, em nível de pós-graduação, ou portador de certificado de residência médica em área de concentração em saúde do trabalhador ou denominação equivalente, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica, do Ministério da Educação, ambos ministrados por universidade ou faculdade que mantenha curso de graduação em medicina.

Caso o atestado apresentado esteja em unidade de medida diferente da prevista nas exigências, será de responsabilidade da licitante apresentar junto com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO os documentos aptos para que seja realizada a conversão.

- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

A empresa licitante deverá comprovar, na data estipulada para a entrega dos documentos, que possui em seu quadro permanente os seguintes profissionais devidamente registrados no CREA competente: Engenheiro Civil e Engenheiro de Segurança do Trabalho. Os profissionais indicados pela Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão pertencer ao quadro permanente do Licitante. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:

Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe competente da Sede ou Filial da Licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou Contrato Social ou último aditivo se houver; ou Contrato de prestação de serviço futuro, sem vínculo empregatício.



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Profissional contratado: contrato de prestação de serviço ou contrato de prestação de serviço futuro. O contrato de prestação de serviços que se refere à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pela licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra/serviço objeto desta licitação.

O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnico profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pelo gestor do contrato e ratificado pelo seu superior. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender às mesmas exigências deste Edital. Estes profissionais devem ser detentores de CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (CAT) que ateste a execução de serviços com características técnicas similares aos seguintes serviços:

Tabela 04: serviços para qualificação técnica profissional da licitante.

Item	Serviço:
1	Gestão e assessoria em segurança e saúde no Trabalho (SST)
2	Assessoria para obtenção ou renovação do Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo de prédios públicos

Não serão aceitos CATs de Projeto, Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica de Obras.

Será admitido o somatório de atestados para comprovação da qualificação técnico-profissional, podendo inclusive indicar mais de um Responsável Técnico, na execução dos serviços discriminados.

DECLARAÇÃO, expressa, em papel timbrado de que o profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender às mesmas exigências deste TR.

- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

As empresas que apresentarem resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices contábeis, deverão comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido, no mínimo de 10% (dez por cento) do valor ESTIMADO da contratação ou poderá apresentar garantia adicional, de acordo com solicitação do CONTRATANTE, conforme Art. 96 da Lei 14.133/2021.

DISPOSIÇÕES GERAIS

1) Os serviços referentes a este objeto, deverão estar de acordo com este TR e Edital do processo licitatório, fornecidos pela CONTRATANTE. Qualquer modificação deverá ser autorizada previamente pela FISCALIZAÇÃO, mediante avaliação das eventuais correções.

Todos os serviços deverão ser executados em consonância com as Normas Regulamentadoras – NRs - as prescrições contidas neste TR, as normas técnicas da ABNT, os decretos municipais e outras regulamentações aplicáveis.

a) A CONTRATANTE poderá adotar, em qualquer época, normas especiais ou suplementares de trabalho, não previstas neste TR, mas necessárias, a seu juízo, à segurança e ao bom andamento dos serviços. Essas novas normas passarão a integrar, automaticamente, as



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Especificações Técnicas. As grandezas constantes deste manual são expressas em unidades legais e as convenções para sua indicação, assim como as abreviaturas, são consagradas pelo uso. Siglas e abreviaturas pouco usuais são explicitadas no decorrer do texto.

b) Fica reservado à CONTRATANTE o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular e porventura omissos neste TR, que não seja definido em outros documentos contratuais, como o próprio contrato ou projeto.

c) Na existência de serviços não especificados, a CONTRATADA somente poderá executá-los após devida aprovação e autorização da Fiscalização. A omissão de qualquer procedimento neste TR ou demais documentos do processo não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas para execução do objeto, padronizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos do funcionamento e adequação dos resultados.

d) As ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS só poderão ser modificadas, com autorização por escrito, emitida pela FISCALIZAÇÃO e concordância dos autores dos projetos.

2) ESCOPO DOS SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA A CONTRATADA deverá identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde, avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco, classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção, orientar a Contratante quanto às medidas de prevenção que devem ser implementadas, de acordo com a classificação de risco. Solicitar a emissão dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo das obras ou serviços após a sua conclusão.

A CONTRATADA deverá fazer o acompanhamento dos riscos existentes nos Departamentos e setores da Prefeitura Municipal e acompanhar a implementação das medidas para mitigação dos riscos ocupacionais.

A CONTRATADA deve realizar o inventário dos riscos ocupacionais, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

a) caracterização dos processos e ambientes de trabalho;

b) caracterização das atividades;

c) descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos, e descrição de medidas de prevenção implementadas;

d) dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR- 17;

e) avaliação dos riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação;

f) critérios adotados para avaliação dos riscos e tomada de decisão.

O levantamento dos riscos deve ser realizado em campo, juntamente com as avaliações ambientais, a fim de identificar de forma qualitativa os riscos existentes em cada unidade da CONTRATADA, com o acompanhamento do gestor da unidade ou de um outro representante designado pela CONTRATANTE.

Elaborar o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, que será uma ferramenta de controle da saúde ocupacional e mesmo física dos servidores, de acordo com os riscos a que estiverem expostos no ambiente de trabalho, com o objetivo de prevenir e diagnosticar precocemente os danos à saúde decorrentes do trabalho e será:

a) Para identificar os riscos, o PCMSO trabalha em parceria com o PGR, motivo pelo qual deverá ser realizado após PGR;

b) Algumas de suas exigências básicas são as realizações dos exames em todos os servidores



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

públicos do Município com a elaboração do programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional, visando à promoção da saúde e integridade dos servidores, considerando os cargos ocupados, a tarefa executada, a exposição aos agentes nocivos, a idade, entre outras variáveis e deverá conter no mínimo:

- Indicação de exames admissionais, considerando o cargo e a atividade desempenhada, ressaltando-se expressamente a ilegalidade do respectivo custeio ao trabalhador;
- Indicação de exames periódicos, considerando a atividade que realiza o agente de exposição, queixas mais frequentes, inclusive nos casos de suspeita de LER/DORT, não se limitando aos critérios da idade, entre outros;
- Indicação de exames demissionais, considerando o cargo e a atividade desempenhada;
- Indicação de exames de retorno ao trabalho e de mudança de cargo/função e readaptação;
- Deverá ser assinado por médico do Trabalho

c) Deverá ser entregue no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato.

OBS: A empresa contratada deverá apresentar ART/CREA/ES recolhida antes do início dos trabalhos, sob pena de rescisão contratual e deverá entregar uma via na divisão de Licitações e Contratos. Elaborar o LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho por engenheiro de segurança do trabalho e deverá realizar análise quantitativa de ruído contínuo, ruído de impacto, por Dosimetria, apresentando os aparelhos que utilizará, realizar entrevista e acompanhar pelo menos um funcionário de cada setor para avaliar e quantificar os riscos, os quais obrigatoriamente deverão ser aqueles especificados pelas normas técnicas e serão utilizadas as seguintes metodologias para quantificação dos agentes:

- a) Ruído: coleta das amostras por dosimetria, interpretação e caracterização dos resultados, com base nos procedimentos técnicos estabelecidos pela NHO 01 da Fundacentro e pelos anexos 1 e 2 da NR 15 da Portaria 3214/78 e anexo IV do Decreto 3048/99 e suas atualizações;
- b) Sobrecarga Térmica: coleta das amostras pela análise das condições de temperatura e regime de trabalho da suposta hora mais desfavorável, interpretação e caracterização dos resultados, com base nos procedimentos técnicos estabelecidos pela NHO 06 da Fundacentro e pelos anexos 3 da NR 15 da Portaria 3214/78 e anexo IV do Decreto 3048/99 e suas atualizações;
- c) Umidade: O reconhecimento dos riscos deverá ser efetuado através de visita às instalações, de análise dos processos de produção e métodos de trabalho, de entrevistas com ao menos um servidor público do Município de cada função, ratificadas pelo respectivo imediato e a interpretação dos resultados deverá ser feita de acordo com critérios da ACGIH (informações para o PGR) e da Legislação Brasileira – NR 15 (informações com reflexos sobre os adicionais de insalubridade/MTB e sobre a aposentadoria especial/INSS);
- d) Radiação não ionizante: O reconhecimento dos riscos deverá ser efetuado através de visita às instalações, de análise dos processos de produção e métodos de trabalho, de entrevistas com ao menos um servidor público do Município de cada função, ratificadas pelo respectivo imediato e a interpretação dos resultados deverá ser feita de acordo com critérios da ACGIH (informações para o PGR) e da Legislação Brasileira – NR 15 (informações com reflexos sobre os adicionais de insalubridade/MTB e sobre a aposentadoria especial/INSS).
- e) Vibrações: O reconhecimento dos riscos deverá ser efetuado através de visita às



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- instalações, de análise dos processos de produção e métodos de trabalho, de entrevistas com ao menos um servidor público do Município de cada função, ratificadas pelo respectivo imediato e a interpretação dos resultados deverá ser feita de acordo com critérios da ACGIH (informações para o PGR) e da Legislação Brasileira – NR;
- f) Estrutura e Equipamentos: a contratada deverá ter equipamentos adequados, devidamente calibrados em laboratório aferido pelo INMETRO;
 - g) Laudo de Avaliação Quantitativo de Agentes Químicos compreenderá: coleta das amostras com base na NHO 07 da Fundacentro e nos métodos analíticos 3M, NIOSH e/ou OSHA, interpretação e caracterização dos resultados com base nos limites de tolerância estabelecidos pela ACGIH e pelos anexos 11, 12 e 13ª da NR da portaria 3214/78, acrescido pela portaria 14/95 e anexo IV do decreto 3048/99 e suas atualizações, sendo realizada coleta de amostras em campo (acompanhado por um representante da Contratada) respeitando-se o número mínimo de amostras e brancos de campo, respeitando-se os dias de produção normal (funcionamento do estabelecimento) e quando em função do tipo de amostra deverá ser respeitado o limite de umidade relativa do ar;
 - h) Agentes biológicos: o reconhecimento dos riscos deverá ser efetuado através de pesquisa bibliográfica prévia, de visita às instalações, de análise dos processos de produção e métodos de trabalho, de entrevistas com ao menos um servidor público do Município de cada função, ratificadas pelo respectivo imediato e a interpretação dos resultados deverá ser feita de acordo com critérios da ACGIH (informações para o PGR) e da Legislação Brasileira – NR 15 (informações com reflexos sobre os adicionais de insalubridade/MTB e sobre a aposentadoria especial/INSS). Laudo técnico de periculosidade por inflamáveis conforme anexo 02 da NR 16 da Portaria 3214/78;
 - i) Deverá ser entregue no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato.

OBS: O laudo deverá ser assinado por engenheiro de segurança do trabalho com emissão da ART/CREA/ES.

3) CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

O objeto do presente deverá ser executado de acordo com as especificações e exigências estabelecidas, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representantes da CONTRATANTE, que serão oportunamente designados pela mesma.

O representante da CONTRATANTE, sob pena de responsabilização administrativa, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

4) MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

Sempre que se exigir, a comunicação entre a Fiscalização (Gestor e Fiscal do Contrato) e a CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

documentos do tipo ofício, as comunicações por correio eletrônico.

A Fiscalização e a CONTRATADA responderão todas as questões sobre o Contrato, procurando solucionar todos os problemas que defrontarem, dentro dos limites legais e da razoabilidade.

5) CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os serviços deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo as boas práticas de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

Os materiais básicos empregados deverão atender à melhor relação entre custo e benefício, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

6) NORMAS E RECOMENDAÇÕES A CONTRATADA deverá obedecer às leis, regulamentos e posturas a que abrange também as exigências do Conselho Regional de Engenharia e de outros órgãos governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal, inclusive o Corpo de Bombeiros. Em todos os serviços a serem executados, serão adotadas as normas, especificações e recomendações constantes no presente e mais as dos seguintes órgãos:

- ✓ Normas Regulamentadoras;
- ✓ Legislação trabalhista / previdenciária vigente;

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- ✓ Realizar os serviços objeto da contratação, de acordo com a legislação e normas vigentes e por profissionais capacitados e legalmente habilitados conforme preconizado na legislação pertinente, garantindo assim o fiel cumprimento dos direitos e deveres dos empregados e da empresa, por intermédio de soluções adequadas para cada caso, minimizando custos e riscos na área trabalhista;
- ✓ Realizar os serviços objeto da contratação, com presteza, pontualidade, qualidade e eficiência, de forma a atender integralmente às demandas do contratante;
- ✓ Realizar avaliação in loco das atividades e processos de trabalho da empresa, bem como dos riscos ambientais, para definições das ações dos programas a serem elaborados e ou atualizados;
- ✓ Dar continuidade aos programas já implementados, elaborando e ou atualizando, dentro dos respectivos prazos de vigência;
- ✓ Garantir que os serviços sejam elaborados e executados de conformidade com a legislação vigente e por profissionais capacitados e legalmente habilitados conforme preconizado na legislação pertinente, visando assim, cumprir a legislação vigente, bem como garantir a qualidade e idoneidade dos serviços prestados;
- ✓ Manter os registros dos exames médicos realizados nos funcionários do contratante conforme descrito no programa, bem como guardar os arquivos enquanto durar a prestação destes serviços;
- ✓ Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021 e legislações pertinentes.



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- ✓ Acompanhar, fiscalizar e conferir os serviços solicitados de acordo com as suas especificações.
- ✓ Designar formalmente um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução da autorização de fornecimento ou instrumentos equivalentes.
- ✓ Rejeitar o todo ou em parte o recebimento dos serviços fora das especificações ou em desacordo com as obrigações assumidas neste instrumento.
- ✓ Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações avençadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
- ✓ Penalizar a CONTRATADA por descumprimento de obrigações avençadas, na forma da lei;
- ✓ Atestar as notas fiscais correspondentes após o recebimento dos itens comprados.
- ✓ Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas.
- ✓ Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao Município.
- ✓ Proporcionar a CONTRATADA condições e facilidades que estejam ao seu alcance para que esta possa exercer o objeto contratual de forma satisfatória;
- ✓ Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor global estimado da contratação é de R\$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais), cujo valor mensal é estimado em R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais).

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Fonte: 1720 royalties Ficha: 37

17. DO REAJUSTE

Os valores contratuais poderão ser reajustados em conformidade com as legislações vigentes, a partir do 13º mês após a data-base do orçamento da licitação, aplicando-se os índices setoriais pertinentes a contratação, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times (I - I_0) / I_0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor a ser reajustado;

I₀ = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente a data-base do orçamento da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

Para efeito do previsto nesse item, os índices setoriais deverão se referir a data-base do orçamento da licitação, mantendo-se a periodicidade de 12 meses para os preços propostos e os preços reajustados.

Caso o índice setorial estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O índice setorial utilizado será o Índice Nacional da Construção Civil - INCC, publicado pelo DNIT.



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As penalidades administrativas são aquelas previstas na legislação federal, impondo-se, para sua aplicação, a observância dos procedimentos descritos no contrato ou instrumento equivalente.

Muqui – ES

17/03/2026.

19. INDICAÇÃO DOS FISCAIS

a. São indicados para fiscalizar esta aquisição/contratação os seguintes servidores (titulares e suplentes):

Fiscal técnico:

Titular:

Nome: Leonardo Octávio Ribeiro Corrente
Cargo/Função: Diretor de Recursos Humanos
Lotação: Secretaria Municipal de
Administração e Recursos Humanos
Matrícula:

Suplente:

Nome: Pollyanna Binoti
Cargo/Função: Agente Administrativo
Lotação: Secretaria Municipal de
Administração e Recursos Humanos
Matrícula:

20. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Thais Gomes Rodrigues dos Santos Vieira
Assessora Técnica em Planejamento e Coordenação Administrativa

21. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Márcia Lopes Monteiro Lobato Fraga Possi
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MARCIA LOPES MONTEIRO LOBATO FRAGA

SECRETÁRIO MUNICIPAL

SEMAD - SEMAD - PMMUQUI

assinado em 17/03/2026 13:13:44 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 17/03/2026 13:13:44 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por MARCIA LOPES MONTEIRO LOBATO FRAGA (SECRETÁRIO MUNICIPAL - SEMAD - SEMAD - PMMUQUI)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-P9K1R5>